

Neoliberalismo como máquina de guerra (ou sobre a crise da Biopolítica): Lazzarato contra Foucault

Neoliberalism as a war machine (or on the crisis
of Biopolitics): Lazzarato against Foucault

Felipe Figueiredo de Campos Ribeiro

<https://orcid.org/0000-0003-4174-3735> – E-mail: felipefdcr@gmail.com

Bruna Martins Coelho

<http://orcid.org/0000-0002-1699-1211> – E-mail: brunacoelho@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste ensaio é passar em revista a crítica que vem sendo elaborada por Lazzarato à concepção “positiva” de poder de Foucault, cuja síntese está no conceito de *biopolítica*. Isto, tomando como marco balizador o modelo *neoliberal* de governamentalidade, caro a ambos os autores. O pensamento de Lazzarato acolhe apenas parcialmente a noção foucaultiana – segundo ele demasiadamente ampla e pouco atenta às factuais históricas (atinentes à financeirização, às relações coloniais centro-periferia, às “guerras totais”, às crises e revoluções ininterruptas) – de “arte liberal de governar”. As ideias de “ação sobre a ação” – de um “governo sobre os comportamentos” cujas técnicas consistiriam em incluir, incitar e produzir – seriam úteis à compreensão apenas de uma das duas faces da governamentalidade neoliberal. Ocultando a outra – a da máquina de guerra que estaria constantemente explorando (pelo trabalho), ocultando e matando – o conceito foucaultiano de biopolítica teria prestado uma espécie de desserviço ao que o Lazzarato chama de teorias críticas contemporâneas: teria induzido estas a um diagnóstico inverossímil e estéril sobre o funcionamento do poder nas sociedades ocidentais liberais e neoliberais contemporâneas. Pois tal conceito teria abdicado categorias imprescindíveis como *classes sociais*, *fascismo*, *guerra*, *revolução*, *financeirização* e *capital*.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Biopolítica. Guerra. M. Foucault. M. Lazzarato.

ABSTRACT

The objective of this essay is to review Lazzarato's criticism of Foucault's «positive» conception of power, synthesized in the concept of biopolitics. Taking as a frame of reference the neoliberal model of governmentality, dear to both authors, we show how Lazzarato's thought only partially embraces the Foucauldian notion of the «liberal art of governing». According to him, they are too broad and not attentive to historical facts such as financialization, center-periphery colonial relations, «total wars», uninterrupted crises, and revolutions. The Foucauldian ideas of «action upon action» and a «government over behavior», whose techniques would consist of including, inciting, and producing, would be useful for understanding only one of the faces of neoliberal governmentality, hiding the other. The Foucauldian concept of biopolitics would have done a kind of disservice to what Lazzarato calls contemporary critical theories, not taking into account the war machine that would be constantly exploiting through labor, hiding, and killing. Such a concept would have led the french philosopher to an unrealistic and sterile diagnosis of how power works in contemporary Western liberal and neoliberal societies, only understandable through indispensable categories such as social classes, fascism, war, revolution, financialization, and capital.

Keywords: Neoliberalism. Biopolitics. War. M. Foucault. M. Lazzarato.

1 “Deixar morrer”: liberalismo, biopolítica e segurança

Na Seção 2 (*Método*) do Capítulo IV (*O dispositivo da sexualidade*) do primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault apresentou de forma mais acabada, como um pressuposto metodológico amadurecido, uma certa maneira inovadora (que se distanciava provocativamente da do “marxismo acadêmico”) de se conceber as relações de poder. Estas não mais entendidas “como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessariam o corpo social por inteiro” (FOUCAULT, 1994, p. 121). Conviria procurar o poder não mais “na existência primeira de um ponto central, em uma fonte única de soberania de onde irradiaram formas derivadas e descendentes” (FOUCAULT, 1994, p. 122). Aquele, doravante, visto como algo onipresente, “não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 1994, p. 122). No sentido de que:

as relações de poder não estão em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes. O poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados. (...) Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social (FOUCAULT, 1994, p. 121;124).

Além de “vir de baixo” e de circular anonimamente em toda parte, se infiltrando nos sujeitos por todos os lados (na medida em que não está mais em posição de exterioridade com respeito a relações econômicas, de conhecimento, sexuais, etc.), este poder - e aqui já fazemos

referência ao célebre Capítulo V (*Direito de morte e poder sobre a vida*) – estaria dotado de um sentido sobretudo *positivo*: entrementes aos séculos XVII e XVIII:

o confisco [*prélèvement*; poder de matar que detinha o Soberano em termos absolutos] tendeu a não ser mais sua forma maior, mas somente uma peça entre outras que tem a função de incitação, reforçamento, controle, vigilância, majoração e organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, fazê-las crescer e ordená-las, mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. A partir de então o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de suas exigências (FOUCAULT, 1994, p. 121).

Foucault oferece uma maneira de pensar que grassa hoje, que indubitavelmente colonizou as mais diversas formas de teoria crítica contemporâneas: pensar um poder 1) que é anônimo (que vem, não de cima para baixo, mas por todos os lados; que portanto é estranho à idéia de classe, que é portador de uma espécie de autonomia, passível de ser operado por quem quer que seja, sem relação com interesses específicos); e 2) que “gere a vida”: que, ao invés de matar, incita e faz viver - faz agir em um certo sentido (normalizador). *Biopolítica* é o conceito no qual este modo específico de se conceber as relações de poder – necessário à compreensão de “uma sociedade como a nossa”, segundo o diagnóstico foucaultiano – foi sintetizado¹.

“Este biopoder”, isto não deixa de ser pontuado, “foi um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1994, p. 185). Portanto, métodos de poder capazes de maximizar as forças e aptidões, de ajustar estas a certos interesses. Interesses despersonalizados e intangíveis, no entanto, os quais Foucault se recusou a indexar a qualquer *a priori* ordenador do real, doador de inteligibilidade à totalidade da realidade histórico-social - função que o “econômico” (dimensão ontológica do trabalho), a “infraestrutura”, ou simplesmente o “capital” sempre cumpriram nas análises provenientes do horizonte teórico marxiano.

Não obstante à tal recusa, curiosamente, será precisamente no âmbito da racionalidade econômica, na “arte liberal de governar”, que Foucault encontrará a chave para compreender historicamente o nascimento da biopolítica. No final da primeira aula de 10 de janeiro de 1979 do curso no *Collège de France*, Foucault declara:

Eu tinha pensado poder vos fazer este ano um curso sobre biopolítica. Tentarei lhes mostrar como todos os problemas que tento precisar atualmente tem como núcleo central, claro, algo que se pode chamar população (...). Mas parece-me que a análise da biopolítica só pode ser feita na medida em que se compreendeu o regime geral dessa razão governamental de que vos falo, desse regime geral que se pode chamar a questão da verdade, primeiramente, da verdade econômica no interior da razão governamental (...) uma vez estabelecido o que era este regime governamental chamado liberalismo, então se poderá apreender o que é a biopolítica (FOUCAULT, 2004, p. 24).

¹ “(...) esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais. (...) Um dos polos (...) centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam *as disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta de metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma biopolítica da população*” (FOUCAULT, 1994, p. 183).

Liberalismo e biopolítica são plasmados, postos como dois aspectos de um mesmo movimento ou tendência histórica. Só se pode apreender o ser da biopolítica em se estabelecendo “o que era esse regime governamental chamado liberalismo”.

Isto sublinhado, convém destacar alguns aspectos deste curso. Primeiro: o sentido de tudo o que vinha sendo trabalhado no âmbito das pesquisas foucaultianas precedentes passará a ser decifrado à luz da razão econômica do liberalismo e do utilitarismo emergentes entre os séculos XVII e XVIII². Segundo: as aulas vão se encadear no sentido de demonstrar como a arte liberal e utilitarista de governar foi colonizando a razão de Estado na Europa, no sentido de fazer esta ir progressivamente obedecendo ao princípio ordenador que diz “não governar em demasia”, que quer “limitar do interior [do Estado] o exercício do poder de governar”. Isto, em terceiro lugar (e este ponto é o que justifica o anterior), na proporção em que o mercado foi sendo concebido como uma entidade dotada de “mecanismos naturais, revelador de qualquer coisa como uma verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 33). Os primeiros fisiocratas do liberalismo clássico estabeleceram as relações de trocas entre os indivíduos em termos *veridiccionais*: deslocamento *jurisdição - veridicção* em se tratando da entidade do *mercado* (este como fenômeno espontâneo e natural e não mais jurídico, instituído contratualmente)³. Quarto: uma vez estabelecido neste lugar de “verdade” e não mais de Direito, tudo, dentro do Estado ou fora dele, passa a se mover obedecendo a uma nova lógica, que consiste em garantir a todo custo e a cada instante o “livre curso natural” dessa entidade veridicional que passará a ser o mercado.

Quando os fisiocratas “descobrem” que haveria mecanismos espontâneos da economia, os quais caberia respeitar, as consequências práticas disso não teriam em absoluto sido a concessão dada aos homens, pelo Estado, de agir como eles quiserem, sem sofrer intervenções quaisquer que fossem do governo, mas, ao contrário, que este último deve conhecer a natureza íntima e complexa desses mecanismos econômicos e, conhecendo-as, tratar de, mais do que respeitá-las, *produzi-las*. E produzi-las não significa necessariamente respeitar as liberdades individuais e os direitos fundamentais, mas, antes, promover “um conhecimento preciso, contínuo, claro e distinto do que se passa na sociedade, (...) no mercado, (...) nos circuitos econômicos” (FOUCAULT, 2004, p. 63); gerir, enfim, a liberdade. A nova arte liberal de governar dirá, portanto: “Vou determinar em que serás livre. Farei de tal modo que estejas livre de ser livre”. Ela não é tanto o “imperativo da liberdade quanto a gestão e a organização das condições nas quais se pode ser livre” (FOUCAULT, 2004, p. 65). As liberdades de comportamento devem ser constantemente produzidas: “A liberdade é qualquer coisa que se fabrica a cada instante” (FOUCAULT, 2004, p. 66). O princípio de cálculo e de custo dessa fabricação é a *segurança*: “(...) o jogo liberdade e segurança, eis o que está no coração mesmo dessa nova razão governamental (...) O liberalismo se engaja em um mecanismo no qual ele terá de arbitrar a cada instante a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno desta noção de perigo” (FOUCAULT, 2004, p. 67). Eis o ponto em que a biopolítica – síntese de um conjunto de dispositivos que asseguram, por um lado, o adestramento, a ampliação das aptidões, a extorsão máxima das forças do corpo para o trabalho e, por outro, o controle das proliferações, dos nascimentos e mortali-

² Para tomarmos o conhecido deslocamento *suplício - disciplina* como exemplo: a partir do século XVIII a única coisa sobre a qual a razão governamental passa a dever deter-se para aplicar uma pena será “a fina película fenomenal dos interesses (...) É interessante punir? Que interesse isso tem, que forma de punição ela deve ter para que seja interessante à sociedade? É interessante supliciar ou não seria melhor reeducar, e reeducar como e até que ponto, etc.; e quanto isso vai custar? (...) Questão fundamental do liberalismo: qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo em uma sociedade onde são as trocas que determinam o verdadeiro valor das coisas?” (FOUCAULT, 2004, p. 48). O princípio de inteligibilidade de uma pena (ou de qualquer outro dispositivo, como o de sexualidade, etc.), em última instância, passa a ser visto sempre como econômico.

³ “O mercado, de lugar de jurisdição em que estava ainda até o início do século XVIII, está em vias de tornar-se, através de todas essas técnicas (...), um lugar que eu chamaria de veridicção” (FOUCAULT, 2004, p. 34).

dades, dos níveis de saúde, da duração das vidas, entre outros – aparecerá como não sendo outra coisa que o próprio paradigma da governamentalidade liberal, na medida em que garantidora incessante e onipresente da segurança e gestora dos perigos. Dos perigos que ameaçam o que? Justamente o mercado, tudo o que possa vir a perturbar o funcionamento deste. E por de trás do mercado, o que há? Um grupo poderoso, uma classe, uma elite? Não, não há nada. Por de trás do mercado há o próprio mercado enquanto uma máquina que, em algum momento, passou a funcionar no piloto automático; uma máquina solitária que não pertence a ninguém, mas graças a qual tudo funciona; que organiza o sentido em que a “liberdade” de todos caminha, que atravessa e ordena as ações e as vidas de todos. É neste sentido que o panóptico concebido por Bentham entre 1792 e 1795, na medida em que era o “procedimento pelo qual se poderia, no interior de instituições determinadas como as escolas, os ateliês, as prisões, vigiar a conduta dos indivíduos aumentando a rentabilidade e a produtividade mesma de suas atividades”, seria “a fórmula mesma do governo liberal” (FOUCAULT, 2004, p. 68-69). Pois um governo deve

(...) dar lugar a tudo o que é da mecânica natural dos comportamentos e da produção. Deve dar lugar a esses mecanismos e não deve ter sobre eles nenhuma outra forma de intervenção (...) senão a da vigilância. E é unicamente quando o governo, limitado à sua função de vigilância, vê que qualquer coisa não se passa conforme a mecânica geral dos comportamentos, das trocas, da vida econômica, é que ele deverá intervir (FOUCAULT, 2004, p. 69).

Da aula de 31 de janeiro em diante Foucault avançará para as grandes reformulações que o liberalismo clássico viria a sofrer no período já totalmente diverso que era o da primeira metade do século XX. Período posterior à crise de superprodução de 1929, à Primeira Guerra, à emergência do mundo soviético; em que o capitalismo entrará em colapso nos países centrais e precisará ser reelaborado em seus fundamentos econômicos e políticos, especialmente no que concerne às relações entre Estado e mercado (keynesianismo, New Deal, *beveradgismo*, *welfarismo*, etc.)⁴. O objeto privilegiado da análise passará a ser um conjunto de documentos deixados por alguns dos mais influentes mentores intelectuais e interventores políticos do ordoliberalismo austro-germânico e do neoliberalismo norte-americano – textos teóricos, políticos (como, por exemplo, as atas do Colóquio Lippmann). Novos aspectos importantes serão levantados – o retorno de uma certa jurisdicionalidade do mercado (a reconhecimento deste, por parte dos próprios intelectuais do neoliberalismo, não mais como entidade espontânea ou natural, mas construída), o advento da teoria do capital humano no neoliberalismo norte americano, etc. – porém o diagnóstico geral concernente às relações entre liberalismo e biopolítica se manterá o mesmo até o final do curso.

A percepção foucaultiana sobre o funcionamento do poder na história moderna do Ocidente – postulada assim em termos tão amplos quanto indeterminados geográfica, histórica e politicamente – seria o da governamentalidade liberal. Para que a máquina do mercado

⁴ “Como se apresenta a programação liberal ou, como se diz, neoliberal na nossa época? (...) A abordamos sob duas formas principais, com um ponto de ancoragem e um ponto histórico diferentes, digamos: a ancoragem alemã, que remete à República de Weimar, à crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo e, enfim, à reconstrução do pós-guerra. O outro ponto de ancoragem é o americano, que se refere à política no New Deal, à crítica da política Roosevelt e que vai se desenvolver e se organizar, sobretudo depois da guerra, contra o intervencionismo federal e depois aos programas de assistência e outros programas que foram levados a cabo pelas administrações, sobretudo democratas, Truman, Kennedy, Johnson, etc. Entre essas duas formas de neoliberalismo. (FOUCAULT, 2004, p. 80). Foucault optará por analisar essas duas ancoragens que, na verdade, foram derrotadas na disputa doutrinária para seu “inimigo comum” e “adversário doutrinário maior” que era Keynes, cujo modelo de política macroeconômica prevaleceu como paradigma (ao menos temporário) nos países centrais em reconstrução e recuperação econômica.

jamais pare de girar diuturnamente suas engrenagens, tanto os olhos vigilantes quanto os braços estendidos da biopolítica estariam presentes nos mais recônditos espaços sociais para garantir a segurança e o “livre fluxo” (que deve ser *produzido*). Para isso, os indivíduos têm de ser postos em movimento, têm de estar constantemente incluídos e investidos. Algo (indeterminado) quer primeiro extrair-lhes toda força para, somente ao cabo desse processo, exaurido o corpo que produz, “deixar morrer”.

2 “Fazer morrer”: neoliberalismo, capital e guerra

De uma ponta à outra da produção intelectual de Lazzarato dos últimos quinze anos, o nome de Foucault, juntamente às suas noções de biopolítica e de liberalismo/neoliberalismo, tem aparecido e reaparecido como um bordão. De *Revoluções do capitalismo* (2004) a *Fascismo ou revolução*⁵ (2019) o papel desta presença é quase sempre negativo: o de estimular a crítica, figurar como modelo quase perfeito daquilo que é mister recusar (“quase” na medida em que, nesta recusa, certos conceitos, ou ao menos terminologias, sejam preservadas e incorporadas). *Os conceitos de vida e de vivo nas sociedades de controle* figura como um capítulo da supramencionada obra de 2004. *Alguns apontamentos sobre os limites das análises foucaultianas do neoliberalismo*, o título de três capítulos de *O governo das desigualdades* (2008)⁶. *Foucault e o “nascimento” do neoliberalismo* e *A reconfiguração do poder soberano, disciplinar e biopolítico pela dívida*, subcapítulos de *A fábrica do homem endividado* (2011); *Biopolíticas da guerra civil permanente* e *Os limites do liberalismo de Foucault*, capítulos de *Guerras e capital* (2016); *Biopolítica e capital: de que vida estamos falando?*, enfim, um capítulo de *Fascismo ou revolução* (2019).

Sem pretender, naturalmente, abarcar sistemática e detalhadamente o encadeamento argumentativo de cada obra do filósofo italiano, restringir-nos-emos a comentar, de modo pontual (procurando dar conta minimamente de sua evolução ou, ao menos, as diferentes temáticas para as quais vai avançando), alguns aspectos de seu pensamento, bem como em que medida este foi se construindo em oposição à noção foucaultiana de biopolítica e, automaticamente associada a esta, de governamentalidade liberal.

2.1 Primeiro aspecto: ecletismo metodológico

Desde *Revoluções do capitalismo* é notável um certo tensionamento ou oscilação entre a perspectiva marxiana e foucaultiana para uma interpretação das relações de poder e dominação sociais. Por um lado, Lazzarato faz uma lúcida reconstituição (que parece ganhar sua anuência) de como Foucault – mas também Deleuze e Guattari, que são igualmente resgatados nesta direção, embora de modo mais lateral – erigiu uma concepção condizente com certo aspecto da dinâmica das sociedades capitalistas liberais ocidentais. Concepção que expressa o poder não mais nos termos binários (dualismo dialético) da contradição entre capital e trabalho ou entre burguesia e proletariado, mas com a ideia de uma multiplicidade de dispositivos espalhados por todo o tecido social e, no limite, calcados em *enunciações*⁷. Por outro lado, insiste em

⁵ *Le capital déteste tout le monde: fascisme ou révolution* (2019) – título original – foi traduzido no Brasil, pelas Edições n-1, como *Fascismo e revolução: neoliberalismo em chave estratégica* (2019).

⁶ *Alguns apontamentos sobre os limites das análises foucaultianas do neoliberalismo (I): riscos, proteção, financeirização; Alguns apontamentos sobre os limites das análises foucaultianas do neoliberalismo (II): propriedade privada; Alguns apontamentos sobre os limites das análises foucaultianas do neoliberalismo (III): a revolução silenciosa dos fundos de pensão.*

⁷ “A relação capital/trabalho não é a relação social fundamental sobre a qual se alinha o conjunto das outras relações sociais. A escola, a prisão, o hospital (e ainda o direito, a ciência, o saber: tudo o que Foucault define como “enunciável”) não tem mais com

que não faz sentido se pensar a biopolítica, como modalidade de governo sobre a vida surgido e reproduzido a partir de determinado momento histórico, sem relação com uma outra coisa, que teria sido negligenciada por longo tempo pelas gerações intelectuais pós-68: os processos de “acumulação capitalista” (LAZZARATO, 2004, p. 79).

A atitude que parece saltar deste tensionamento/oscilação é a de um certo ecletismo teórico-metodológico: a aceitação de uma certa coetaneidade de diferentes dispositivos de poder operando juntos sem se anular uns aos outros. O advento da sociedade disciplinar e biopolítica (Foucault) não anularia a de classe (Marx), não faria esta perder seu sentido. Seria apenas um olhar sobre um aspecto específico da dinâmica de funcionamento das sociedades capitalistas. O mesmo valeria para a sociedade *noo-política* [*noo-politique*]⁸ em relação à disciplinar e biopolítica. Tais modalidades teriam surgido sucessivamente, cada qual como expressão de uma situação histórica particular, porém conviria concebê-las como superpostas:

A classe trabalhadora (...), as populações, os públicos. (...) Esses três diferentes dispositivos de poder, nascidos em épocas diferentes e com finalidades heterogêneas, não se substituem uma à outra, mas se agenciam umas às outras. O conjunto, e não apenas o último desses dispositivos, constitui a sociedade de controle. (...) As técnicas de assujeitamento das sociedades de controle [referência à noo-política] não tomaram o lugar das sociedades disciplinares, elas antes se superpõem e tornam-se cada vez mais invasoras, até tornarem-se hoje (...) um pressuposto indispensável da acumulação capitalista (LAZZARATO, 2004, p. 79).

Note-se, em primeiro lugar, que os processos de *exploração* e de *acumulação* capitalistas voltam para cima do tabuleiro, depois de longo tempo minimizados pela abordagem foucaultiana. Porém, sem rejeitar de todo esta, a ideia aqui é a de que aqueles não funcionariam sem o apoio das novas técnicas microfísicas e biopolíticas de poder que governam as populações por toda parte, produzindo-as, ao invés de aniquilando-as. Técnicas que, para além das fábricas, engendrariam o poder nas relações, circulando do “lado de fora”, fazendo-o acontecer mesmo à distância. O poder se entranharia nos cérebros pela via das telas dos smartphones nos tempos da noo-política.

2.2 Segundo aspecto: a descoberta da moeda como fator gerador de mais-valia e de governamentalidade

Um *insight* de Lazzarato foi o de associar a eficácia e a utilidade de tais novas técnicas no contexto de um capitalismo tardio no âmbito do qual “o trabalho industrial já não é mais o centro da valorização capitalista, nem um modelo de subjetivação político e social válido para o conjunto das forças sociais, nem a força exclusiva capaz de produzir instituições e uma politização

a produção uma relação de tipo estrutura/infraestrutura. A teoria marxista concentra-se exclusivamente na exploração. As outras relações de poder (homens/mulheres, médicos/doentes, professores/alunos, etc.) e as outras modalidades de exercício do poder (dominação, assujeitamento, submissão) são negligenciados, por razões ligadas à ontologia mesma da categoria de trabalho. (...) há que se “despolarizar” a dialética com a noção de multiplicidade (...) Não se trata de negar a pertinência da análise marxiana da relação capital/trabalho, mas antes sua pretensão de reduzir a sociedade e a multiplicidade das relações de poder que a constituem tão somente à (...) relação econômica. Esta última, ao contrário, é que deve ser integrada em um quadro mais largo das disciplinas e biopoder” (LAZZARATO, 2004, p. 60-62)

⁸ Noo-política (extraído do grego *noos* [ou *noús*], termo utilizado por Aristóteles para designar a parte mais alta da alma, do intelecto) é um conceito cunhado pelo autor - a partir de uma atualização da noção tardeana de *público*, que queria compreender a formação (microsociológica) da opinião da imitação à distância - para designar uma modalidade de poder posterior à disciplinar/biopolítica no ocidente, que consistiria em “um conjunto de técnicas de controle”, que se exerceria “sobre o cérebro” a partir dos meios (remotos) de comunicação de massa como a televisão, a internet, etc.; técnicas que modulam não mais o corpo e os hábitos da memória corporal, mas, sobretudo, os cérebros e “os hábitos da memória espiritual” (LAZZARATO, 2004, p. 85).

nas sociedades de controle” (LAZZARATO, 2004, p. 87). No novo contexto (contemporâneo) de dispersão assalariada (ou não) e atomizada, em que o trabalho “explodiu em uma multiplicidade de atividades e estatutos exprimindo subjetividades e expectativas que não podem ser remediadas ao conceito tradicional de classe” (LAZZARATO, 2004, p. 87)⁹, eis então o desafio a que Lazzarato se impõe: apreender a mecânica desses novos dispositivos por meio dos quais os indivíduos são governados (biopolítica/noopolítica), são postos em movimento, de modo a trabalharem “autonomamente” e produzirem, sem que percebam, excedentes geradores de acumulação alhures, fora do espaço físico em que trabalham, na outra ponta do globo talvez.

Neste sentido, qual é o grande dado ou realidade desmaterializada capaz de, com dois clicks, ir e voltar de uma ponta a outra do globo em frações de segundos e, neste fluxo, governar milhares de indivíduos? A moeda, que circula no mercado financeiro. A distribuição desta é o que determinará, no limite, a quantidade de tempo que aqueles trabalharão, os bens e serviços cujo o acesso terão ou não direito, o modo como viverão, etc. A moeda é o *dispositivo* por excelência, o dispositivo dos dispositivos, que não aparece nas análises de Foucault sobre o neoliberalismo:

Mesmo se Nascimento da biopolítica constitui um dos trabalhos mais completos e articulados sobre o neoliberalismo que temos à disposição, há na reconstrução dos dispositivos de governo das condutas proposta por esse livro lacunas e falhas que concernem, no entanto, um aspecto essencial, senão a chave mestra, das práticas neoliberais que se desenvolvem hoje. Michel Foucault negligencia completamente a função da moeda na mudança do “regime de acumulação” (LAZZARATO, 2008, p. 36).

A arte (neo)liberal de governar por excelência, sobretudo em tempos de financeirização globalizada, se dá pela moeda (pelas políticas monetárias, sistemas de endividamento públicos e privados, políticas de crédito e juros praticadas por investidores e bancos contra devedores, etc.). Lazzarato percebe que duas problemáticas (uma fazendo jus a Marx, a outra a Foucault) podem ser atacadas com um só golpe se olharmos para os fluxos e movimentos da moeda. Por meio do estudo dos mecanismos de circulação, distribuição, contenção e multiplicação desta será possível perceber, a um só tempo: 1) os processos pelos quais se dá a expropriação do trabalho pelo capital dentro dos complexos mecanismos financeiros e contábeis do capitalismo contemporâneo (desde a desregulamentação neoliberal do mercado financeiro e do modo como esta última passou a interagir com as políticas de Estado); e 2) as mais recentes técnicas e estratégias pelas quais o capital – e note-se que quando nomeamos “o capital”, os “donos do capital”, os “investidores” ou “credores”, a biopolítica já não é uma máquina que gira sozinha, como se não existissem operadores – governa (ou tenta governar!) as populações.

A propósito desta segunda problemática, “foucaultiana”, Lazzarato identificará o endividamento como sendo o principal dispositivo de governamentalidade. O mercado financeiro desregulamentado seria uma fábrica, proposital e mais ou menos calculada, de endividamento das famílias e das empresas. Pelas dívidas, em montantes que são mais ou menos irrisórios para o grande capital, massas de homens entram nos registros dos bancos e da finança. Com isso, inseridos nesta virtualidade noo-política (mais eficaz do que em qualquer outro ambiente físico, disciplinador dos corpos, como a escola, a prisão ou mesmo a família), poderão ser monitorados “à distância”. Poderão ser previamente controlados os níveis de liberdade que terão, por

⁹ Neste ponto o diagnóstico passa pela mesma descoberta que o clássico trabalho de Laclau e Mouffe (2001, p. 13) já havia feito pioneiramente nos anos 80: a de que “a construção tem pouco a ver com as estritas fronteiras de classe [antiessencialismo de classe]”.

exemplo, para ter um cartão de crédito (acesso a bens e serviços), se deslocar para países, financiar os estudos, etc. O homem contemporâneo, portanto, como, a um só tempo, *explorado* e *subjetivado* pela finança.

2.3 Terceiro aspecto: analisar as prevalências dos dispositivos sempre à luz da história efetiva das fases do capitalismo

Uma crítica que Lazzarato vai opondo cada vez mais acintosa e impacientemente às análises de Foucault sobre o liberalismo é a das generalizações inapropriadas (e inverossímeis, portanto), conseqüentes de falhas grosseiras de interpretação histórica. Este último ater-se-ia (e concederia demasiada importância) a certos documentos que, no limite, não seriam representativos do modo como as políticas liberais e neoliberais foram efetivamente implementadas na geopolítica mundial e no interior dos países. Sobretudo as análises feitas no curso de 1978-1979 incorreriam no erro de se ater ao mero nível discursivo de justificação: aos textos teóricos e de proposições políticas deixados pelos pensadores do liberalismo clássico, do ordoliberalismo e dos neoliberalismos. Ou seja, esquecendo de olhar para a *realpolitik*. Saltemos para 2019 para percebermos o auge de sua irritação:

A governamentalidade, o empreendedor de si mesmo, a concorrência, a liberdade, a “racionalidade” do mercado, etc., todos esses belos conceitos que Foucault encontrou nos livros e que nunca confrontou com processos políticos reais (escolha metodológica assumida!)¹⁰ têm um pressuposto que, longe de ser explicado, é sempre cuidadosamente apagado. A subjetividade do “governado” só pode se construir à condição de uma derrota, mais ou menos sanguinária, que lhe faz passar do estatuto de adversário político ao de “vencido” (LAZZARATO, 2019, p. 20-21).

Rejeitando expressões vagas como “novas formações discursivas”, “nova forma de racionalidade planetária”, “aparição de um novo cálculo a dimensões mundiais”, “nova forma de reflexão, de análise e de cálculo” (FOUCAULT, 2004, p. 58; 60), Lazzarato fará questão de jogar luz na história efetiva do neoliberalismo. Cuidará de caracterizar o modo como, desde o fim dos anos de 1970, o modelo neoliberal de economia política foi concretamente implementado por potências nacionais bem específicas (Regan e Thatcher), e imposto goela abaixo - via corrupção, pressões comerciais, financiamentos de ditaduras militares, complôs midiáticos, etc. - por estas ao (terceiro) mundo. Demonstrará como os neoliberalismos - no plural porquanto locais: nas múltiplas formas que tomaram em cada realidade nacional particular - foram geralmente implementados, não em suposta oposição aos regimes fascistas e “ditatoriais” (tal como aparece nos textos celestes dos primeiros neoliberais dos anos de 1930, da Escola de Freiburg, etc.), tampouco favorecendo equilíbrios concorrenciais nos mercados ou a quebra de monopólios; mas, ao contrário, favorecendo o aumento vertiginoso destes últimos, apoiando abertamente (e governando com) ditaduras implantadas na América Latina (sob a cínica prerrogativa auto arrogada de estarem protegendo esses países “menos desenvolvidos” - ainda que a soberania

¹⁰ Já quase ao final da aula (7 de fevereiro) na qual vinha expondo certas doutrinas dos neoliberais austríacos e ordoliberais da escola de Freiburg - que formulavam e formalizavam mecanismos de política econômica destinados a prevenir de forma constante e permanente a formação de monopólios, bem como produzir equilíbrios concorrenciais permanentes no mercado - Foucault chega a ponderar: “Mas o que se passa realmente nas sociedades que conhecemos não pode jamais ser analisado a partir a partir dessa teoria da concorrência. Só se pode fazê-lo tomando-se em consideração os sistemas históricos reais no interior dos quais esses processos econômicos formais jogam, são formados e deformados. Conseqüentemente, há a necessidade de uma análise histórica dos sistemas que cruza como uma linha horizontal uma outra linha vertical que seria a análise formal dos processos econômicos” (FOUCAULT, 2004, p. 124).

popular tenha eleito democraticamente líderes socialistas, talvez como crianças que ainda não sabem o que fazer - da ameaça “comunista”) e, sobretudo, desregulamentando o mercado financeiro e, com isso, produzindo concentração de renda insuflando a bolha especulativa que viria finalmente a estourar na maior crise da história do capitalismo, em 2008.

Se houve algum período nesta história que poderia, sem tantas objeções, ser lido com as lentes foucaultianas; se houve um período no qual quicá terá havido uma sociedade biopolítica em funcionamento quase perfeito (no interior da qual os indivíduos terão estado de fato “incluídos” e “investidos” para serem melhor controlados); este período teria sido um altamente circunscrito geograficamente, provisório, e condicionado a acordos tênues entre classes trabalhadoras e elites financeiras: o dos anos imediatamente posteriores à 2ª Grande Guerra nos países centrais, marcados pelo crescimento econômico e por uma relativa distribuição da renda e dos direitos sociais (os “30 gloriosos” na Europa ocidental e o modelo fordista produzido pelo New Deal nos Estados Unidos).

Se seguimos as descrições de Foucault podemos facilmente identificar essas tecnologias às políticas de Estado-providência (Welfare State). (...) As técnicas disciplinares, como as técnicas biopolíticas conheceram seu maior desenvolvimento depois da Segunda Guerra mundial, com o taylorismo e o Estado Providência. Esse apogeu corresponde ao remanejamento dos dispositivos de reclusão e gestão da vida, sob o impulso das novas forças e das novas relações de poder. Depois do fim do século XIX novas técnicas de gestão estão em gestação [refere-se à sua noo-política] e não se assemelham nem às disciplinas, nem ao biopoder (LAZZARATO, 2004, p. 73-74).

Lazzarato rejeita expressões como “uma sociedade como a nossa”, “ocidente moderno”, bem como o estabelecimento de períodos históricos muito amplos (“desde meados do século XVIII”, etc.) e generalizações vazias de acurácia geopolítica e de análise da divisão trabalho mundial. Pensar o liberalismo com a chave da biopolítica não faz sentido senão em um tempo-espaço bastante determinado: no das sociedades da Europa ocidental, ali onde se estabeleceu um certo “compromisso social e político entre sindicatos, patrões e Estado” (LAZZARATO, 2004, p. 90). Ocorre, no entanto, que houve uma mudança drástica de paradigma:

É a partir da financeirização que se determina uma nova concepção dos riscos e das proteções, que tem repercussões diretas e imediatas sobre o mercado de trabalho e o Estado-providência. Desde o fim dos anos de 1970 assistimos, sem nenhuma dúvida, a uma nova distribuição do risco, bem como a da proteção que se lhe contrapõe. No pacto fordista entre patrões, sindicatos e Estado, assim como no código do trabalho e da Seguridade Social francesa ainda em vigor, o direito à proteção social era legitimado pela assimetria de poder entre empregador e empregado implicado em todo contrato de trabalho. A proteção social era (e é) concebida, inclusive juridicamente, como uma compensação à subordinação salarial. Agora, esta concepção foi completamente subvertida pela financeirização da economia, que introduziu toda uma outra concepção do risco e de proteção, que desdenha completamente desses códigos e dessas leis, e que rompe de maneira radical com o pacto e com os compromissos provenientes da Segunda Guerra mundial. Parece então difícil ignorar a questão monetária (LAZZARATO, 2008, p. 36-37).

O advento do neoliberalismo enquanto período específico da história recente do capitalismo, com suas características *reais* de economia e de geopolítica, é o que estimula Lazzarato a descobrir na moeda o principal dispositivo da governamentalidade contemporânea. A entrada em declínio do Estado-providência na relação inversamente proporcional à incrementação da desregulamentação do mercado financeiro produziu a mão e a luva: milhões de pessoas forçadas a financiarem individualmente um custo de vida que não foi acom-

panhado por um incremento no poder real de compra da massa salarial se veem diante de uma maior possibilidade de acesso ao crédito. Descobertos dos direitos sociais de que gozavam (saúde, educação, sistema de previdência, etc.), massas precarizadas são obrigadas a financiar por si próprias tais custos¹¹.

Em um contexto em que os encargos do trabalho são reduzidos ao mínimo, grandes maiorias passam a deter uma renda aquém da que dispunham no período welfarista. Isto, por não verem mais os ganhos de produtividade das empresas sendo repassados para os salários (reajustes) a níveis reais (acima da inflação) ou para direitos sociais universalmente acessíveis. Em passando a haver crédito propositalmente disponível (empréstimos, financiamentos, etc.), o conjunto dos não credores - todos os que não detém acumulação de capital para especular nas taxas de juros - são silenciosamente coagidos ao destino inescapável do endividamento.

Por aí os homens passam a ser *expropriados* (Marx) e *governados* (Foucault). *Expropriados* através das taxas de juros (criminosamente abusivas em certos países)¹². E recuperar a noção de propriedade privada é imprescindível à compreensão desta expropriação pelo trabalho, advertindo-se que esta deve agora ser visada na sua forma “desmaterializada” (financeira)¹³. Conquanto Marx (2017) a tenha abordado no livro III de *O Capital*, Lazzarato (2008) dá acento ao fato de que é no estágio neoliberal do capitalismo que a propriedade privada, definitivamente, já não está mais quase nunca lastreada no patrimônio fundiário e imobiliário (o que a tornaria muito mais facilmente visível) e sim na moeda em circulação (capital)¹⁴. *Governados*, por um processo de subjetivação que se daria em dois tempos. A governamentalidade neoliberal primeiro coloniza as mentes e corações com a ideia da individuação meritocrática do êxito (inflacionando, aos níveis quase delirantes dos livros de auto-ajuda, a sina da genialidade inovadora, da criatividade competitiva, da autodeterminação, do autoempenho, da crença prolixa em si mesmo, do capital humano, etc.¹⁵); e, segundo, produz, na sequência, a auto culpabilização e a baixa-estima desta massa de endividados redundantes disso - massa não atenta ao fato de que, por razões de ordem sistêmica e estrutural (não individuais), a condição de homem endividado lhes era praticamente um destino social pré-traçado¹⁶.

Enredando os indivíduos nesta condição subjetiva da dívida (agora no sentido moral)¹⁷, a estratégia neoliberal consistiria em fazê-los permanecer trabalhando *ad infinitum* no afã de dar liquidez contábil àquilo pelo que se sentem individualmente responsáveis¹⁸. Estratégia,

¹¹ “A população deve se encarregar de todo o que o Estado-providência promovia à sociedade, em primeiro lugar, através da dívida” (LAZZARATO, 2011, p. 12).

¹² “Através do simples mecanismo dos juros, somas colossais são transferidas da população, das empresas e do Estado-providência para os credores” (LAZZARATO, 2011, p. 20).

¹³ “O que as mídias chamam de “especulação” constitui uma máquina de captura ou de predação da mais-valia nas condições de acumulação capitalista atual, na qual não é possível distinguir renda de lucro (...) é impossível separar a finança da produção, porque aquela é parte integrante de todo o setor de atividade. A finança, a indústria e os serviços trabalham em simbiose”. (LAZZARATO, 2011, p. 21-22).

¹⁴ “(...) a relação credor-devedor exprime uma relação de força entre proprietários (do capital) e não proprietários (do capital)” (LAZZARATO, 2011, p. 11).

¹⁵ Fenômeno já bastante estudado sociologicamente por trabalhos pioneiros como os de Sennett (2006) e o de Boltanski e Chiapello (2011).

¹⁶ “As realizações subjetivas que o neoliberalismo tinha prometido (todos acionistas, todos proprietários, todos empreendedores) nos precipitam na direção da condição existencial desse homem endividado, responsável e culpado de seu próprio destino. O presente trabalho propõe uma genealogia e uma exploração da fábrica econômica e subjetiva do homem endividado” (LAZZARATO, 2011, p. 12).

¹⁷ “Dentre os efeitos de poder da moeda sobre a subjetividade, os mais importantes são os exercidos pela dívida. A origem e o fundamento da moeda não é a troca das mercadorias (Marx), mas a contração de uma dívida (Nietzsche). O sistema da dívida (financeira e moral, segundo Nietzsche suas origens são idênticas) faz circular, a um só tempo, a culpabilidade e a ‘responsabilidade’ no interior dos governados” (LAZZARATO, 2008, p. 52-53).

¹⁸ “Essa obrigação de contratar crédito e essa obrigação de fazer sacrifícios para reduzir o excesso de despesas sociais não são contraditórias, pois trata-se de instalar os governados em um sistema de ‘dívida infinita’: nunca se acabou com a dívida no capi-

contudo, não necessariamente fadada ao sucesso, na medida em que este mesmo macrossistema de endividamento é precisamente o que pode vir a se revelar como o fio de novelo a desencadear potencialmente a luta de classe contemporânea:

Na Europa, além de outras regiões do mundo, a luta de classes se desenvolve e se concentra hoje em torno da dívida (...). A relação credor-devedor (...) intensifica os mecanismos de exploração e da dominação de maneira transversal, porque ela não faz nenhuma distinção entre trabalhadores e desempregados, consumidores e produtores, ativos e inativos, aposentados e locatários do RSA. (LAZZARATO, 2011, p. 11).

É a marca social de endividado, e não mais a aglomeração física dentro das fábricas, o fio comum que enlaça à mesma identidade todos os explorados - pelo trabalho, como nunca deixou de ser, já que finança (economia especulativa), indústria e serviços (economia real), no limite, “trabalham em simbiose”, já que a relação credor-devedor exprime “uma relação de força fundada na propriedade” (LAZZARATO, 2011, p. 22).

2.4 Quarto aspecto: capitalismo como máquina de guerra (a dupla face do neoliberalismo)

Em *A fábrica do homem endividado* (2011) a análise minuciosa, a partir do vocabulário interno ao mundo da finança, da governamentalidade neoliberal via credor-devedor vai sendo feita ao mesmo tempo em que a temática da *guerra* - contrabalanceando e relativizando a concepção “soft” de poder foucaultiana - vai se aparecendo e ganhando espaço.

Em primeiro lugar: o sistema da dívida (das empresas, das famílias e, fundamentalmente, dos Estados, que ficam, eles também, reféns do capital, funcionando para gerar intermináveis excedentes e este último), sendo “a relação de poder mais desterritorializada e mais geral através do qual o bloco de poder neoliberal organiza sua luta de classe”, sendo uma “relação de poder transversal que não conhece fronteiras de Estado, nem dualismos de produção (ativo/inativo, empregado/desempregado, produtivo/não produtivo)” (LAZZARATO, 2011, p. 71), é o que produz sem falta ao redor do mundo movimentos de massa que protestam contra os processos de precarização e a pauperização – de Ocupar Wall Street à Primavera Árabe, das jornadas brasileiras de 2013 aos Coletes Amarelo. A reação do capital, via braços do Estado (polícia), a tais movimentos que explodem a intervalos de tempo cada vez menores vêm sendo sempre a da repressão certa, a da violência frontal e aberta. Trata-se do retorno do *Soberano*, em seu “direito de matar” (em defesa da propriedade), diante da crescente ineficácia das técnicas “positivas” de subjetivação e docilização biopolíticas.

Em segundo lugar, se olharmos de um ponto de vista histórico mais amplo, o sistema da dívida não passou a vigor – conduzindo os comportamentos de forma mais ou menos estável, planejada e controlada – senão através de vitórias bélicas e militares previamente conquistadas (as do capital sobre as resistências de trabalhadores, de povos indígenas nativos, das mulheres, etc. ao longo dos séculos). A extração da mais-valia através da imposição da moeda, espécie de síntese contemporânea daquelas vitórias, foi algo imposto e não consensado. O paradigma das

talismo financeiro, simplesmente porque ela não é liquidável. Mais do que o dispositivo econômico, essa dívida infinita é uma técnica securitária para reduzir a incerteza do tempo e dos comportamentos dos governados. Coagindo estes a prometer (a honrar suas dívidas), o capitalismo dispõe de antemão do futuro, porque as obrigações impostas pela dívida permitem a previsão, o cálculo, a mensuração, o estabelecimento de equivalências entre os comportamentos presentes e futuros. São os efeitos de poder da dívida sobre a subjetividade (culpabilidade e responsabilidade) que permitem ao capitalismo estabelecer um ponto entre o presente e o futuro” (LAZZARATO, 2008, p. 53-54).

relações entre governantes e governados pela dívida não é senão a *pax* que sucedeu os confrontos que anteriormente opuseram adversários que um dia chegaram a lutar em certa relação de igualdade (e aqui a referência é o mundo bipolar da guerra fria, no qual tal vitória ainda não estava dada). Mais recentemente, Lazzarato vem tentando recontar a história (geopolítica, colonial, escravocrata, patriarcal, etc.) de como o capital, cuja racionalização ideológica está expressa nas teorias liberais, impôs e impõe pela *guerra* a “governamentalidade” que passou a lhe caracterizar o funcionamento durante curtos períodos de relativa paz. Recontar a história do liberalismo como *máquina de guerra* é a empreitada que passa a caracterizar de maneira central as suas pesquisas a partir de *Guerras e capital* (2015).

Foucault é novamente o ingrediente estimulante do pensamento. A inversão por ele operada da máxima de Clausewitz – “a guerra é a política continuada por outros meios” – no primeiro volume de *História da sexualidade* e no curso *Segurança, território e população*, nos quais analisou as condições nas quais foi a política que passou a ser tomada como sendo a continuação da guerra por outros meios, seria uma maneira de problematizar a guerra “estritamente dependente das mutações do capitalismo e das lutas que lhe são opostas no contexto do pós-guerra” (LAZZARATO, 2015, p. 26). Isto, na medida em que Foucault, projetando o paradigma vigente em seu limitado tempo-espço, analisa os processos gerais de modernização enfiando excessivo foco nas suas dimensões subjetivantes (colonização da subjetividade), como se tais processos tivessem sido engendrados sem qualquer vinculação com a desterritorialização forçada e, sobretudo, com a acumulação primitiva¹⁹.

Com isso, ele “enterra a guerra como ‘cifra’ das relações de poder, com a hipótese disciplinar à qual ele substitui o desenvolvimento de uma teoria dos limites que a economia política imporia à governamentalidade” (LAZZARATO, 2015, p. 156). É necessário, ao contrário, fazer uma genealogia das guerras – “internas” (contra os trabalhadores, as mulheres, os pobres) e “externas” (colonial) – subjacentes às disciplinas e à biopolítica. A sociedade do pós-Segunda Guerra norte-americano e europeu é

radicalmente diferente da ‘sociedade civil’ do século XIX, porque esta é fruto de um duplo processo que Foucault não reconstrói. Ele é, antes de tudo, o resultado da luta dos escravos, dos trabalhadores, dos pobres e das mulheres para destruir a “liberdade” dos proprietários, que se realiza como “liberdade” de os explorar e os dominar subtraindo-lhes os direitos civis e políticos (LAZZARATO, 2015, p. 167).

No contexto das guerras totais do século XX e de todas as guerras civis desencadeadas por aquelas – todas intimamente ligadas às múltiplas lutas nacionais que opuseram as forças do capital aos processos revolucionários que se lhes foram oposta – conviria se fazer igualmente uma genealogia de como

(...) as elites, os capitalistas industriais e financeiros retiraram pouco a pouco todo o crédito dos partidos liberais-democráticos no poder e optaram largamente, depois da Primeira Guerra mundial, pelo fascismo, ao constatarem a impotência da democracia parlamentar

¹⁹ “(...) se fazemos remontar a genealogia das técnicas disciplinares e do biopoder à ‘empreitada’ da acumulação primitiva, então a história, o funcionamento e as transformações sucessivas desses dispositivos de poder não poderão ser separadas da guerra, sob todas as formas que as fez nascer (...). Não se pode sustentar que Foucault não se interessa pela época correspondente à da acumulação primitiva. Por outro lado, é certamente verdadeiro que ele a analisa do ponto de vista da constituição ‘epocal’ dos Estados no capitalismo nascente (a ‘governamentalização do Estado’) e na perspectiva das guerras da subjetividade que caracterizaram a transição do feudalismo ao capitalismo. Tocamos aqui no obstáculo no qual o insuperável trabalho de Michel Foucault sofre de uma limitação maior. O ponto de vista eurocêntrico que é o seu (...) é em si mesmo problemático e reduz a abordagem da análise da constituição das relações de poder do capitalismo emergentes, que se tecem transversalmente, dois dois lados do Atlântico” (LAZZARATO, 2008, p. 73-74).

face ao perigo “bolchevique”, que tomou pé na Alemanha após as greves de 1918 e a cisão espartaquista com o SPD (LAZZARATO, 2015, p. 224-225).

Necessário seria fazer a genealogia de como tais elites viriam “favorecer a guinada das máquinas de guerra fascistas”, as quais lhes pareceram “responder melhor do que as democracias liberais ao duplo desafio da crise política (Revolução Russa) e da crise econômica que culminou em 1929”. Isto, ainda que a partir de determinado momento o monstro (fascismo) que fora financiado tenha tomado vida própria e acabado se autonomizando na direção “irracional” da destruição, seguindo “objetivos em contradição com os próprios interesses do capital”. Em todo caso, é “no quadro da *guerra civil europeia* que há que se analisar as transformações de técnicas disciplinares/securitárias (ou biopolíticas) e a generalização do ‘direito de matar’, que respondem aos interesses estratégicos da luta de classes *no plano mundial que lhe impõe o Capital*” (LAZZARATO, 2015, p. 225).

O trabalho mais recente de Lazzarato (2019), mais do que qualquer outro precedente, parece urdir um apelo militante e desassossegado à ação e à radicalidade. Sobretudo porque há uma peça nova (ou renovada) no tabuleiro geopolítico mundial do capital, que se impôs neste e que dele já não pode mais ser facilmente removida; peça que não parece senão confirmar o sentido em que o autor, desde o início deste século, vem interpretando o nosso tempo. A cada ano temos assistido desconcertados a reemergência vertiginosa e assustadoramente bem sucedida – na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, no Oriente Médio – de um fenômeno já conhecido, se bem que sob novas roupagens: o fascismo. Isto, em geral, vis-à-vis à paralisia aparvalhada dos grandes partidos e organizações de esquerda nacionais. Estes quase sempre apegados aos “centros políticos”, no pior sentido: o das democracias em paralisia ou da “pós-democracia”, para utilizarmos os termos de Crouch retomados por Mouffe (2019, p. 130)²⁰, cujas argumentações também apontam para a “impossibilidade de uma posição de centro no atual cenário”. Estes centros aos quais as esquerdas tradicionais seguem apegadas são justamente aquelas forças políticas conservadoras que se blindaram em um dogmatismo econômico que, curiosamente, já está “relativizado” até mesmo pelo FMI desde 2016 (Cf. OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016). Isto, para não falar em seu desmascaramento completo, diante do “novo New Deal” neste exato momento levado a cabo à pleno vapor pelo governo J. Biden para “returbinar” a economia americana no pós-pandemia²¹. Apegadas ao centro, as esquerdas tradicionais têm medo de voltar a falar naquilo que poderia vir a se conectar diretamente com (e levantar as) massas no momento contemporâneo de crise aguda: *revolução*.

Uma peça parece estar constantemente faltando no tabuleiro da “arte liberal de governar” proposto pela chave de leitura foucaultiana. Pois, no fundo, a guerra sempre foi a regra, a biopolítica, a exceção (ou, pelo menos, um suplemento auxiliar utilizado pelos vencedores em tempos de *pax* imposta). Isso é verdadeiro na história mais ampla do processo global de expansão do ocidente pelo do capital e, em particular, no paradigma neoliberal que viveu nos últimos 40 anos e que agora parece agonizar e morrer, exceto nos neurônios do ministro das finanças de Bolsonaro.

²⁰ “Estas transformações [ocorridas durante os anos de hegemonia neoliberal, ao longo dos quais decisões sensíveis de política econômica, como endividamento e orçamento público, por exemplo, passaram a ser matreiramente restritos à tecnocracia] têm levado à uma situação que poderíamos chamar de ‘pós-democracia’, para indicar a perda de dois pilares do ideal democrático: igualdade e soberania popular. ‘Pós-democracia’, termo proposto primeiramente por Colin Crouch, assinala o declínio do papel dos parlamentos e da perda da soberania como consequência da globalização neoliberal” (MOUFFE, 2019, p. 33-34).

²¹ Ver reportagem recente publicada no *El País Brasil*, disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-04-18/joe-biden-quer-enterrar-40-anos-de-hegemonia-neoliberal.html>.

Os tão idealizados níveis ótimos de equilíbrio concorrencial consensuados no Colóquio Lippmann (entre neoliberais sociológicos como Röpke e Rüstow e ordoliberais radicais como Hayek e von Mises)²² – níveis que deveriam ser produzidos pelo Estado através da (paradoxal) não intervenção deste nas relações do mercado (fenômenos como os monopólios não pareceriam, segundo esses economistas que gostam de inverter tudo, senão no momento preciso em que o Estado passaria a intervir²³) - nunca chegaram perto de ver a luz do dia do mundo real, nem dentro dos limites das fronteiras nacionais de seus países centrais e muito menos nas relações geopolíticas destes com a periferia global. O que vemos se precipitar é, antes, apesar da (ou paralelamente à) personalidade global do capital (da indiferença deste para interesses nacionais), o recrudescimento das guerras comerciais entre potências nacionais preocupadas com seus respectivos interesses internos às suas fronteiras (na preservação da suas empresas, na corrida comercial e tecnológica, etc.)²⁴.

A guerra é a chave-mestra de leitura que ressurge em detrimento da biopolítica. Isto, na medida em que, no Brasil de 2018, a gestão definitivamente neoliberal da economia proposta por P. Guedes só pôde chegar ao poder e se implementar associada ao fascismo assumido e através de explícitas fraudes no processo eleitoral (soberania). Mas, salvaguardadas as condições históricas e geopolíticas da guerra-fria, no Chile de 1975, por exemplo, não foi muito diferente. M. Friedman – e dois anos depois (1977) F. Hayek – só pôde apertar as sanguinolentas mãos de Pinochet e começar a levar os primeiros *Chicago Boys* para implementar a experiência piloto, na sucessão de um certo acontecimento: o da explosão, com o apoio dos campeões da liberdade do atlântico norte, do palácio *La Moneda*, com S. Allende dentro, depois de proferir seu último discurso.

Lazzarato insiste em que, para se compreender bem o contemporâneo, convém conceber pelo menos que

As duas fórmulas usadas por Foucault para descrever o poder soberano (“fazer morrer e deixar viver”) e a biopolítica (“fazer viver e deixar morrer”) não se sucedem e sim coexistem, já que o fazer morrer (os migrantes) é praticado pelos mesmos que organizam o “deixar viver” (seria mais exato dizer “deixar sobreviver”) dos nacionais. O civil e o militar, a guerra e a governamentalidade, são técnicas que funcionam juntas, sem passar pela paz (LAZZARATO, 2019, p. 86).

Referências

ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. *Guerres et capital*. Paris: Éditions Amsterdam, 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2011.

²² Ver aula de 14 de fevereiro de 1979 em Foucault (2004).

²³ Aparecerá todo um tipo de análise política, desenvolvida por von Mises, por exemplo, sobre as ligações que haveriam entre a existência de “uma economia nacional, o protecionismo aduaneiro e o monopólio” (FOUCAULT, 2004, p. 141)

²⁴ O estado atual de coisas é este: desde março de 2018 diferentes tipos de produtos chineses de alto valor agregado - que vinham sendo absorvidos pelo mercado norte-americano por sua alta competitividade - começaram a sofrer barreiras comerciais por políticas protecionistas do governo D. Trump. Sem nenhuma justificativa para além dos puros interesses nacionais (a proteção da indústria estadunidense), impostos de até 25% sobre importação passaram a incidir sobre uma soma de aproximadamente 200 bilhões de dólares correspondentes a setores que vinham redundando em uma balança comercial favorável para o lado chinês (veículos automotivos, discos-rígidos da informática, componentes tecnológicos de aviação, borracha, eletrodomésticos, televisões, móveis, tecidos, etc.). A retaliação veio imediatamente: sobre taxações, em porcentagens equivalentes, sobre 110 bilhões de dólares correspondentes a produtos americanos que entravam no mercado chinês (agronegócio e produtos alimentícios como frutas, proteína animal, queijos, whisky, etc.).

- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité 1: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique - Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard / Seuil, 2004.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London; New York: Verso, 2001.
- LAZZARATO, M. *La fabrique de l'homme endetté: essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.
- LAZZARATO, M. *Le capital déteste tout le monde: fascisme ou révolution*. Paris: Éditions Amsterdam, 2019.
- LAZZARATO, M. *Le gouvernement des inégalités: critique de l'insécurité néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2008.
- MARX, K. *O Capital*. Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOUFFE, C. *Por um populismo e esquerda*. São Paulo: Ed. Autonomia Literária, 2019.
- OSTRY, J.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. *Neoliberalism: Oversold? Finance & Development*, v. 53, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em: 10.ago.2021.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Sobre os autores

Felipe Figueiredo De Campos Ribeiro

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Bruna Martins Coelho

Doutoranda em Filosofia pela Universidade de Paris 8 - Vincennes - Saint-Denis, associada ao Centro March Bloch (Berlim).

Recebido em: 05/06/2022
Received in: 05/06/2022

Aprovado em: 08/08/2022
Approved in: 08/08/2022